

CRISE DA ECONOMIA, CRISE DAS ELITES

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S.Paulo, 29.12.1988

O ano de 1988 talvez fique marcado como aquele em que afinal a sociedade brasileira começou a tomar consciência da profunda crise em que está imersa desde o início da década. Não ficar, entretanto, na história como o ano em que o problema foi devidamente diagnosticado e as soluções apontadas, pelo simples fato de que, embora esse diagnóstico já tenha sido feito e as soluções apontadas por algumas vezes isoladas, a percepção do problema por parte das elites dirigentes brasileiras e a identificação das soluções caracterizam-se ainda por posições contraditórias e divergentes.

É comum atribuir-se ao governo Sarney, à sua incompetência, à sua falta de visão, à sua incapacidade de tomar decisões que confrontem interesses reais, ao seu fisiologismo, ao seu populismo de direita, ao seu imobilismo, à sua falta de liderança a causa de todos os males do Brasil. Todas essas críticas têm muito de verdade, mas sofrem de uma limitação básica: são injustas para com o governo na medida em que negam a responsabilidade das elites brasileiras pela falta de liderança hoje existente no país. Ao governo cabe ou caberia a liderança política em sentido estrito, mas em sentido amplo são as elites políticas, empresariais e intelectuais que devem apontar os rumos que o país deve seguir. Ora, estas elites estão hoje completamente desorientadas. Mal tomaram consciência da crise estrutural da economia e da sociedade brasileira, e estão na prática tão confusas e imobilizadas quanto o próprio governo. Na verdade não temos hoje no Brasil apenas uma crise econômica e política, temos também uma crise das elites.

A crise econômica estrutural é uma crise fiscal, é uma crise de endividamento externo, é uma crise de transição para um novo modelo de desenvolvimento que ainda não foi definido. É uma crise muito mais profunda do que a que ocorre nos países centrais, que, desde os anos 70, atravessam uma fase de desaceleração cíclica de longo prazo explicada pela teoria das ondas longas ou ciclos de Kondratieff, porque a essa crise internacional somou-se a crise fiscal e da dívida dos países latino-americanos.

A crise política está relacionada com a crise econômica, mas possui uma relativa autonomia. A redemocratização exigia uma redefinição geral dos objetivos políticos da sociedade brasileira. A convocação de uma Assembléia Constituinte tinha esse sentido. Entretanto a liquidação do regime autoritário tecnoburocrático modernizante ocorreu em meio à crise econômica, tornando para as elites dirigentes ainda mais difícil definir um modelo político e econômico condizente com os novos tempos.

A redemocratização brasileira ocorreu depois de um longo período de intensa e bem sucedida acumulação capitalista, a qual, por sua vez, resultou em uma ampla e clara hegemonia ideológica da burguesia. O capitalismo, que a nível internacional consolidava-se com a crise do estatismo soviético, parecia estar-se consolidando duplamente no Brasil com o "êxito" da acumulação capitalista.

Escrevo "êxito" entre aspas porque, embora seja verdade que houve um enorme crescimento econômico no país até 1980, está entretanto ficando claro que a hegemonia burguesa decorrente desse crescimento não é tão sólida quanto parecia. E não é tão sólida porque a acumulação capitalista brasileira foi construída a partir de três bases intrinsecamente inseguras: concentração de renda, populismo de direita e de esquerda e endividamento externo. A crise das elites resulta diretamente dessa falta de solidez da hegemonia burguesa.

Os desequilíbrios decorrentes levaram no final dos anos 70 à necessidade de ajustamento, que o populismo das elites não reconheceu, preferindo, ao invés, transferir todo o ônus do ajuste ao setor público. Com isso apenas aprofundou-se a crise econômica transformada em crise fiscal.

Estamos assim diante de uma tríplice crise: de uma crise econômica, de uma crise política e de uma crise das elites. A crise econômica é uma crise fiscal e da dívida externa. A crise política é uma crise de legitimidade, na medida que o Governo perdeu o apoio da sociedade. A crise das elites é uma crise de hegemonia, já que as elites dirigentes estão se demonstrando incapazes de resolver minimamente as contradições do processo de acumulação capitalista recente.

A solução para a crise, portanto, passa não apenas pela eleição de um governo com legitimidade política, capaz de enfrentar a crise econômica, mas também por uma reestruturação das elites brasileiras. Qual a forma que tomará essa reestruturação é difícil prever. Devemos, no entanto, pensar em uma ampliação das elites, incorporando setores políticos e social mal representados, e em uma reformulação de sua visão da sociedade brasileira. Em que direção? Talvez, se não for esperar demais, no sentido de uma crítica do populismo e do conservadorismo, de forma a permitir a construção de um capitalismo moderno e socialmente menos injusto neste país.